



Relatório INSP-2019-0209 BI-2019-0242

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 10/12/2019 **Hora:** 15h40 **Tipo:** Plano Operacional (PO-2019-0002)

Inspetor responsável: Cláudia MFG. Rosa

Outros inspetores da IRA: Luís MAS. Machado

Outros técnicos de entidades oficiais:

Descrição da inspeção:

A inspeção teve como objetivo averiguar se o estabelecimento se encontra a cumprir as normas do Regime Jurídico da Taxa Ambiental pela Utilização de Sacos de Plástico Distribuídos ao Consumidor Final, aplicáveis aos estabelecimentos de comércio a retalho abrangidos.

Regime jurídico da taxa ambiental pela utilização de sacos de plástico distribuídos ao consumidor final:

- Decreto Legislativo Regional n.º 10/2014/A, de 3 de julho, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2015/A, de 27 de abril;
- Portaria n.º 36/2015, de 31 de março, que estabelece as normas necessárias à execução do DLR n.º 10/2014/A;
- Despacho da Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente n.º 2704/2015, de 14 de dezembro, que aprova os modelos de mensagens de sensibilização a inserir nos sacos de plástico.

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Huangdong, Unipessoal, LDA.

NIPC/NIF: 510103839

Sede/morada: Rua Machado dos Santos, 6

Código Postal: 9500-083

Freguesia: Ponta Delgada (São Sebastião)

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: Ilha de São Miguel

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Ocean Blue

Endereço: Rua Machado dos Santos, 6

Código Postal: 9500-083

Freguesia: Ponta Delgada (São Sebastião)

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: Ilha de São Miguel



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Atividade: Comércio a retalho de vestuário para adultos, em estabelecimentos especializados

CAE: 47711

Período de funcionamento: De 2.ª feira a Sábado: 9h00 – 19h00

Coordenadas Geográficas: Latitude: 37° 44' 30,211" N; Longitude: 25° 40' 5,44" W

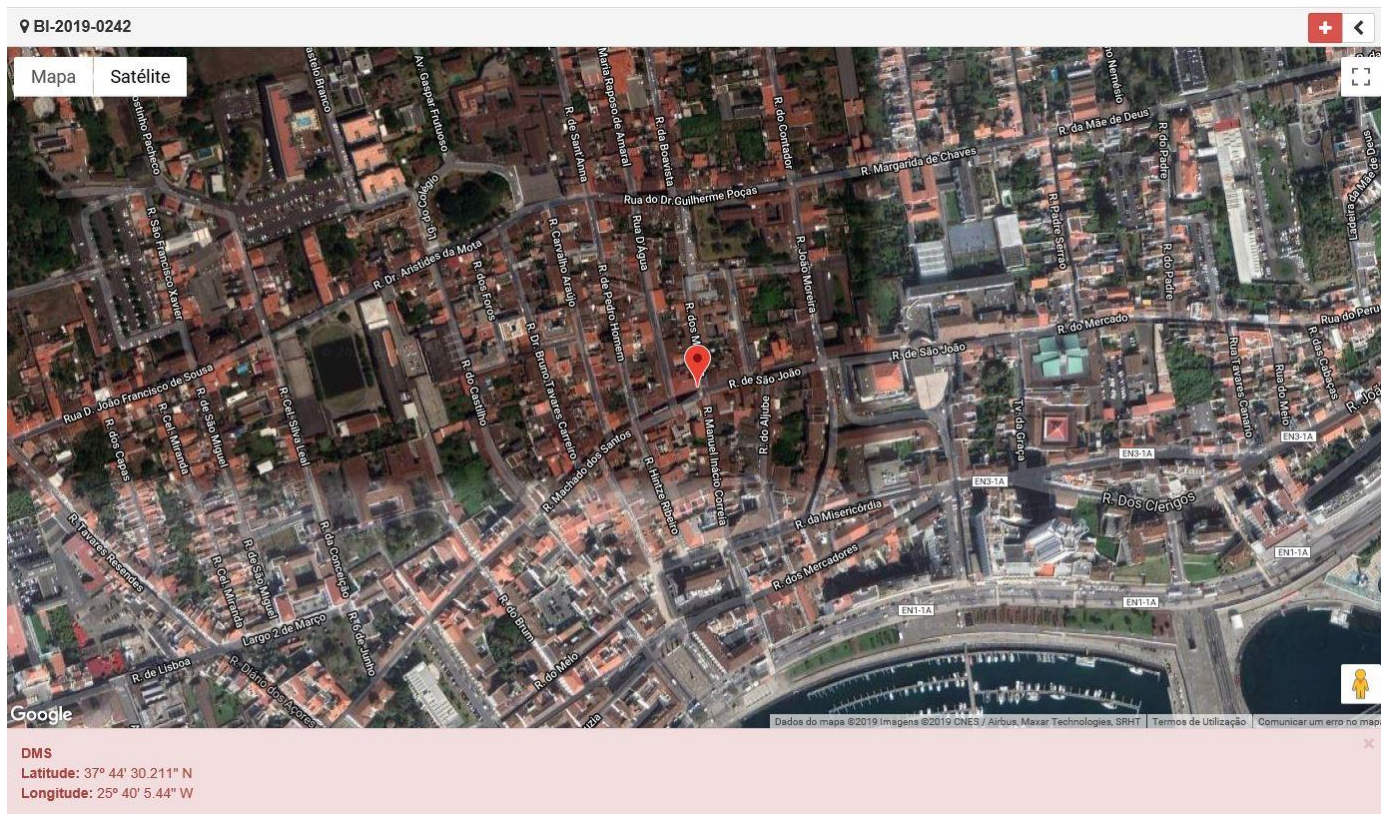


Figura 1: Localização do estabelecimento inspecionado.



2 – Situação observada

2.1 – Sacos distribuídos ao utilizador final no estabelecimento

| Sacos fornecidos | Características / Foto |
|------------------------|--|
| Sacos de plástico leve | Sacos de plástico com alças, cor branco, sem qualquer inscrição. |

2.2 – Verificação dos requisitos do regime jurídico da taxa ambiental pela utilização de sacos de plástico

| Requisito | Enq. legal | Verificado | Justificação |
|--|--|---------------|---|
| a) Sobre cada saco de plástico distribuído ao consumidor final é cobrada uma taxa de 0,04 €. | n.º 1 art. 3.º DLR 10/2014/A; art.º 2.º Port. 36/2015 | Cumprido | |
| b) A taxa cobrada ao consumidor final pela distribuição de saco de plástico é discriminada no recibo/fatura como “taxa sobre saco de plástico”. | n.º 2 art. 3.º DLR 10/2014/A; art.º 3.º Port. 36/2015 | Cumprido | |
| c) Sobre a taxa cobrada não incide IVA. | n.º 2 art.º 3.º Port. 36/2015 | Cumprido | |
| d) O (eventual) preço de venda do saco de plástico é discriminado na fatura em separado da ecotaxa. | n.º 2 art.º 3.º Port. 36/2015 | Não aplicável | |
| e) É proibida a inserção de publicidade em sacos de plástico leves, com exceção do logótipo ou denominação comercial ou social do estabelecimento que fornece o saco, em área não superior a 20 % da superfície total do saco. | Art.º 9.º DLR 10/2014/A; n.º 3 art.º 6.º Port. 36/2015 | Não aplicável | Os sacos de plástico disponibilizados não contêm publicidade. |
| f) É obrigatória a inserção de mensagens de sensibilização em todos os sacos de plástico que contenham publicidade ou logótipo / denominação. | n.º 1 art.º 10.º DLR 10/2014/A | Não aplicável | |
| g) A mensagem de sensibilização corresponde a modelo constante do Despacho 2704/2015 ou outro aprovado pela Direção Regional do Ambiente. | n.º 1 art.º 10.º do DLR 10/2014/A; n.º 1 art.º 6.º Port. 36/2015 | Não aplicável | |
| h) A área da mensagem de sensibilização não pode ser inferior a 20% da superfície total do saco ou à área ocupada pela inserção publicitária, se esta for superior a 20%. | n.º 1 art.º 10.º DLR 10/2014/A; n.º 4 art.º 6.º Port. 36/2015 | Não aplicável | |
| i) Cumprimento do dever de colaboração, nomeadamente fornecendo toda a informação ou documentação solicitada. | Art. 8.º DLR 10/2014/A | Cumprido | |
| j) Submissão da declaração anual à ERSARA, até final do mês de fevereiro de cada ano, da qual conste a quantidade de sacos adquiridos e a quantidade de sacos distribuídos no ano civil anterior. | Art. 4º e art. 8º, DLR 10/2014/A, n.º 1 art. 4.º Port. 36/2015 | Não cumprido | Não foram apresentadas evidências do cumprimento desta obrigação. |



3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foi verificada a seguinte infração:

| Irregularidade | Enquadramento legal |
|---|---|
| Incumprimento da obrigação de submissão da declaração anual à ERSARA, até final do mês de fevereiro de 2019, da qual conste a quantidade de sacos adquiridos e a quantidade de sacos distribuídos no ano civil de 2018. | Viola do artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 10/2014/A, de 3 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 13/2015/A, de 27 de abril, conjugado com o artigo 4.º da Portaria n.º 36/2015, da Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade e da Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente. |

No entanto, após a visita inspetiva, a empresa procedeu à entrega à ERSARA da declaração relativa ao ano de 2018 e liquidou a respetiva taxa em 18/12/2019, conforme comprovativos entregues e anexos ao respetivo BI.

4 – Indicações e medidas adotadas

Arquivamento do processo inspetivo e comunicação à entidade inspecionada.

Horta, 19 de dezembro de 2019

A Inspetora Superior Principal

(Cláudia Maria Ferreira Garcia da Rosa)